

## Sindsep/MA aprova Prestação Anual de Contas

O Sindsep/MA realizou na tarde de hoje, 29, assembleias de Previsão Orçamentária para 2024 e a Anual de Prestação de Contas.

Os eventos aconteceram na sede da entidade, e contaram com a participação de diretores e filiados, que puderam participar presencial e remotamente.

A Previsão Orçamentária norteia as receitas esperadas para o próximo ano, bem como as ações e encaminhamentos a serem propostos pela entidade no ano de 2024.

A Prestação de Contas foi aprovada por unanimidade, o que demonstra a seriedade e transparência com que o Sindsep/MA



administra os seus recursos, reafirmando assim para a sua base, a responsabilidade fiscal de uma Direção comprometida com a estabilidade financeira da entidade.

Para a Direção do Sindsep/MA, os eventos demonstram a

seriedade com que o sindicato sempre tratou a questão financeira. Ainda de acordo com a Direção, é justamente esse viés que sempre contribuiu para que a entidade tivesse a singularidade e respeito que possui.

## Onda de calor: empresas têm de oferecer condições dignas de trabalho

Sol escaldante e calor extremo com temperaturas, em muitas cidades, acima dos 40°, mas com sensação térmica ainda mais alta. Consequência, entre outros fatores, da degradação da natureza pelo homem, as ondas de calor vividas em 2023 pelos brasileiros foram consideradas condições climáticas extremas e nessas situações, historicamente, as camadas mais impactadas são as mais vulneráveis economicamente, ou seja, a classe trabalhadora e os mais pobres, por falta de condições de se protegerem dos efeitos desses eventos climáticos.

### O que diz a lei

É direito do trabalhador ter condições adequadas de trabalho, tanto em ambientes internos como externos. A advogada especialista em Direito do Trabalho, Luciana Lucena, sócia do LBS Advogadas e Advogados, escritório que presta assessoria jurídica à CUT, explica que há normas regulamentadoras

do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's) que definem essas condições.

Em um panorama geral, as NRs são discutidas no modelo tripartite (trabalhadores, empresas e governo), a partir das demandas observadas pelos sindicatos para defender os trabalhadores.

A NR 17 trata da ergonomia e condições de conforto no ambiente de trabalho fechado. “Ela determina medidas de controle de temperatura, velocidade do ar e da umidade para proporcionar conforto térmico aos trabalhadores”, explica a advogada.

A norma ainda determina que os ambientes devem observar parâmetros de temperatura, entre 18° e 25° para ambientes climatizados (com ar condicionado).

Nesses locais, que tenham ambiente climatizado e que tem trabalho coletivo, as empresas devem promover uma manutenção e controle adequado da limpeza, ou seja,

fazer a higienização e a manutenção.

Já a NR 21 trata das condições de trabalho em ambientes externos, ou seja, para as atividades que são realizadas na rua, por exemplo, em veículos, ou que requerem o deslocamento dos trabalhadores.

### Garantindo direitos

Luciana orienta os trabalhadores que não têm essas condições mínimas a cobrarem das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) onde houver, as condições necessárias. As CIPAS são organizadas pelos sindicatos das categorias e têm papel fundamental na melhoria da condição de trabalho dos brasileiros e brasileiras. Elas estão previstas na NR 5.

Caso não haja CIPA na empresa, a denúncia pode ser feita ao próprio sindicato, ao Ministério do Trabalho ou ao Ministério Público do Trabalho.

[Informações no site da CUT](#)



## IFMA ofertará 3.920 vagas em cursos de Aquicultura em 46 municípios do Maranhão

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) foi contemplado na Chamada Pública promovida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC), para ofertar 3.920 vagas distribuídas nos cursos de Agente de Desenvolvimento Cooperativista (160h), Operador de Beneficiamento de Pescado (200h) e Aquicultor (160h). A oferta ocorrerá no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação Aquicultura, oferecida pelo MEC em parceria com a Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Segundo o MEC, 36 instituições federais apresentaram propostas para a Chamada Pública, abrangendo 21 estados e o Distrito Federal, totalizando 247 municípios e oferecendo 21.547 vagas. O valor total destinado para o fomento é de R\$ 36.607.200,00, sendo R\$ 6.656.000,00 para o IFMA, que lidera entre as instituições participantes de todo o país, com vagas distribuídas em 46 municípios maranhenses por 16 unidades executoras: Açailândia (40 vagas), Alcântara (160 vagas), Barra do Corda (280 vagas), Barreirinhas (160 vagas), Caxias (960 vagas), Codó (120 vagas), Imperatriz (120 vagas), Pinheiro (120 vagas), Presidente Dutra (200 vagas), Santa Inês (720 vagas), São João dos Patos (40 vagas), São Luís Maracanã

(480 vagas), São Raimundo das Mangabeiras (200 vagas) e Zé Doca (80 vagas), além dos Centros de Referência Educacional de Colinas (120 vagas) e Mirinzal (120 vagas) – veja mais detalhes ao final.

O público prioritário para essa iniciativa inclui aquicultores, pescadores, povos ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados, agricultores familiares, extrativistas e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os estudantes terão direito a uma ajuda de custo, conforme as regras da Linha de fomento Bolsa Formação Aquicultura.

A execução dos cursos, que será gerenciada pela Coordenadoria de Programas Especiais vinculados ao Bolsa Formação no IFMA (PROGESP), do Centro de Referência Tecnológica (CERTEC), deve iniciar no primeiro semestre de 2024. A professora Rosifrance Candeira Machado, Coordenadora-Geral da PROGESP/CERTEC, destaca a relevância desses cursos para a qualificação profissional na área de aquicultura. “A aprovação nesta Chamada Pública nacional, para oferta de cursos na área de Aquicultura é uma conquista do IFMA que, com a oferta desses cursos, contribuirá na formação de profissionais com currículos cada vez mais competitivos para atuarem nesta área que está alinhada com os arranjos produtivos locais para o desenvolvimento da aquicultura no estado do Maranhão”, afirmou.

Além de proporcionar uma formação de qualidade, é importante destacar que os cursos ofertados pelo IFMA na área de Aquicultura são totalmente gratuitos e serão ministrados na modalidade presencial, garantindo acesso inclusivo aos estudantes. A professora Rosifrance Machado esclarece que o processo de implementação dos cursos envolverá seleção de professores e demais integrantes das equipes locais, bem como dos estudantes participantes. Em relação à parte pedagógica, Machado destaca a busca por uniformidade nas matrizes curriculares, respeitando, no entanto, as particularidades de cada localidade. “Estamos comprometidos em elaborar projetos de curso com matriz curricular de referência única, promovendo diálogo constante com as comunidades e instituições de base. Queremos que a educação oferecida esteja alinhada com as necessidades específicas de cada região, garantindo uma formação relevante e contextualizada para os futuros profissionais da aquicultura”, enfatiza. Este compromisso, na visão da coordenadora, reforça o papel do IFMA na construção de uma educação inclusiva, equitativa e voltada para o desenvolvimento regional.

A lista dos municípios pode ser vista no site do IFMA - [portal.ifma.edu.br](http://portal.ifma.edu.br)